

EDITORIAL

Direito & Paz, periódico do Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário Salesiano de São Paulo-UNISAL, está aberto à comunidade acadêmica nacional e internacional e destina-se à publicação de trabalhos que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para o desenvolvimento científico da área jurídica.

A Revista Direito & Paz, que conta com a classificação B1 no Qualis/CAPES de 2016, tem por finalidade o debate e a divulgação dos conhecimentos produzidos pelos juristas, pesquisadores e colaboradores de instituições nacionais e estrangeiras, com vistas a abrir um espaço para o intercâmbio de ideias, a produção científica e a ampliação da participação acadêmica na comunidade.

Como veículo científico a Revista Direito & Paz propicia a divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas por doutores de diversas universidades e centro de pesquisa, estimulando, assim, o intercâmbio de informações e a discussão acadêmica sobre as mais variadas questões jurídicas relacionadas à “Concretização dos Direitos Sociais Difusos e Coletivos”, área de concentração do Mestrado em Direito do Centro Universitário Salesiano de São Paulo/UNISAL de Lorena, e temáticas também vinculadas às seguintes Linhas de Pesquisa: 1. Direitos Sociais, Econômicos e Culturais; 2. Direitos de Titularidade Difusa e Coletiva.

Os artigos podem ser enviados em três línguas: inglês, espanhol e português, observando as Normas da Revista quanto à publicação. Os textos submetidos ao processo de seleção devem ser originais e inéditos e não poderão conter a identificação dos autores, pois passarão pela avaliação do “duplo cego” recomendado pela CAPES.

Os artigos, igualmente, deverão conter título em português e em inglês, resumo em português (máximo cinco linhas) e *abstract* fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e *key words*; conter no mínimo três palavras-chaves e no máximo cinco na língua portuguesa e estrangeira.

Os trabalhos deverão ser submetidos diretamente no sistema eletrônico da revista, por meio do link: <http://revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/user/register>, não deverão conter a identificação dos autores e deverão observar, ainda, a seguinte formatação: uma cópia em editor Word for Windows 6.0 ou superior; limite mínimo de 15 (quinze) e máximo de 20 (vinte) laudas para artigos (incluindo o resumo), a fonte utilizada deve ser Times New Roman, corpo 12, alinhamento justificado, sem separação de sílabas, espaçamento um e meio

entre linhas, parágrafo: 1,5 cm, margem: superior e esquerda - 3 cm; Inferior e direito - 2 cm; as citações devem obedecer às regras da ABNT, os autores devem adotar o sistema autor data.

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) com a revisão gramatical (ortográfica) dos textos completos e com o envio da tradução do título, do resumo (*abstract*) e das palavras-chave (*key words*) na língua inglesa.

Neste número 38, contamos com diversas contribuições de destacados professores e investigadores que tratam de variadas questões relacionadas aos Direitos Humanos, Fundamentais e Sociais.

Nessa perspectiva, os renomados Doutores Celso Antonio Pacheco Fiorillo e Renata Marques Ferreira prestigiam o presente número com o excelente trabalho “Uso de informações genéticas e o estudo prévio de impacto ambiental como instrumento normativo em defesa da dignidade da pessoa humana”.

A também renomada Doutora Regina Vera Villas Bôas e Maurício Sirihal Werkema, apresentam o trabalho intitulado “A relevância do princípio da proporcionalidade à efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

O autor Orlando Luiz Zanon Junior, Doutor em Ciência Jurídica pela UNIVALI, faz uma avaliação a desvinculação da tese das fontes sociais do argumento da separação entre moral e direito.

Caio Sperandéo de Macedo discute a temática “Direitos republicanos e cibertransparência na sociedade da informação”. A doutora Patrícia Maria Dusek aborda o tema “O possível efeito liberatório do pagamento feito ao representante comercial – estudo de caso”.

Elias Kallás Filho e Luciana Barboza Leal discutem a questão do risco de desenvolvimento no Código de Defesa do Consumidor: atenuante da responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto.

Rosângela Maria Pereira e Maria Cristina Alves Delgado de Ávila discutem o tema “O cenário dual das relações de trabalho e a repressão à informalidade no período ditatorial”.

Os destacados autores Ana Carolina Souza Fernandes e Vladmir Oliveira da Silveira apresentam uma interessante reflexão acerca dos sujeitos de direito internacional público: um processo evolutivo de reconhecimento.

Rodrigo Cardoso Freitas e Adriano Sant`Ana Pedra abordam a posse e propriedade: uma constante tensão em busca da concretização da função social.

Sérgio Henriques Zandona Freitas e Felipe de Almeida Campos promovem uma interessante discussão acerca das considerações sobre a análise econômica do direito a partir do modelo cooperativo de processo.

No artigo intitulado “Acesso à justiça no Leste asiático e na América latina: perspectiva comparativa entre os serviços de assistência jurídica japonês e brasileiro”, Diogo do Couto Esteves e Cleber Francisco Alves discutem as raízes históricas e sociais que levaram o Leste Asiático e a América Latina a adotarem seus atuais sistemas de assistência jurídica, explicando porque esses países foram capazes de resistir à crise econômica global.

Gladimir Adriani Poletto e Oksandro Osdival Gonçalves tratam do método científico de Pierre Bourdieu e sua aplicação no contrato de seguro.

Já, Michelle Girona Cabrera discute a questão do resgate da cor sob as malhas da escravidão brasileira: notas a respeito da adoção de cotas raciais no âmbito do ensino superior no Brasil.

Leilane Serratine Grubba e Regiane Nistler tratam do ideal de direitos humanos nos sistemas regionais de proteção.

Regina Célia Martinez e Daniel Soares de Arruda Filho abordam a responsabilidade dos meios de comunicação tradicionais e digitais.

Joedson de Souza Delgado e Aline Roberta Halik desenvolvem um estudo acerca dos direitos e das garantias previdenciárias do trabalhador migrante no âmbito do mercado comum do sul.

Gilmar Antonio Bedin e Pâmela Copetti Ghisleni analisam os direitos sexuais no sistema interamericano de direitos humanos: uma análise à luz do caso “Atala Riffo y Niñas vs. Chile”.

Finalmente, David Augusto Fernandes contribuem e prestigiam o presente número com o excelente trabalho intitulado Whistleblower: uma proteção para o Estado.

Gostaríamos de agradecer a todos os autores que colaboraram nesta trigésima sexta edição, bem como aos pareceristas que contribuíram com uma criteriosa avaliação dos artigos que, nesta edição colocamos a disposição dos leitores.

A todos desejamos uma excelente leitura!

Prof. Dr. Pablo Jiménez Serrano
Editor Responsável